

CONTINUIDADES E MUDANÇAS DA ESTRUTURA ECONÔMICA ALAGOANA (1989 – 2017)¹

Guilherme Carneiro Leão de Albuquerque Lopes
Doutorando em Desenvolvimento Econômico,
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP,
São Paulo, SP, Brasil
guilherme.cla.lopes@gmail.com

Resumo – O referido artigo tem como objetivo analisar as mudanças da estrutura produtiva de alagoana durante o período de 1989 a 2017, em verdade se houve essas transformações ou não. Para tanto, o estudo busca recuperar historicamente alguns elementos da economia alagoana, utilizando-se do método histórico-estrutural aplicado à análise regional. Com base nas análises realizadas, podemos concluir que no ínterim do estudo houve um nítido movimento de perda de participação dos setores mais dinâmicos da estrutura industrial alagoana concomitantemente com a elevada participação do setor de bens de consumo não duráveis dentro da pauta produtiva. Em Alagoas, esse movimento é fruto da perpetuação e fortalecimento do grupo político-econômico-social, os usineiros, na regência das relações (ou a ausência delas) capitalistas e industriais de produção.

Palavras-chave: Políticas Regionais; Estrutura Produtiva; Alagoas.

CONTINUITIES AND CHANGES IN THE ALAGOAN ECONOMIC STRUCTURE (1989-2017)

Abstract – The article aims to analyze the changes in the Alagoas's productive structure during the period from 1989 to 2017. For this, the study seeks to recover historically some elements of the Alagoas's economy, using the historical-structural method applied to the regional analysis. Based on the analyzes carried out, we can conclude that in the interim of the study there was a clear movement of loss of participation of the most dynamic sectors of the Alagoas's industrial structure concomitantly with the high participation of the non-durable consumer goods sector within the productive pattern. In Alagoas, this movement is the fruit of the perpetuation and strengthening of the political-economic-social group, the mill owners, in the relations of capitalist and industrial production relations.

Key-words: Regional Policies; Productive Structure; Alagoas.

INTRODUÇÃO

Para evitar que o estudo fique preso a escala estadual de análise, a princípio mostra-se necessário, ainda que muito brevemente, apontar as mudanças no padrão de acumulação internacional e nacional que direcionaram, em conjunto com as especificidades locais, as mudanças em Alagoas. Ademais, ao propor a periodização de 1989 a 2017, não estamos nos afastando dos marcos propostos pela literatura da economia brasileira baseada no método histórico-estrutural², na verdade procuramos um dialogo direto com a periodização adotada pelos autores clássicos, para, a partir da escala nacional, apontarmos para especificidades próprias do estado. Busca-se, assim, através da visão de transescalaridade, identificar as

¹ O estudo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

² Ver Cano (2007 e 2008); Mello (2006); Furtado (2006).

especificidades desse estado dentro das escalas internacionais e nacionais, isto é, a interlocução entre a parte e o todo (BRANDÃO, 2007).

Até os anos 80, o investimento público regionalizado e os benefícios fiscais e financeiros para o setor privado moviam a integração produtiva entre as regiões e a expansão do parque industrial nacional. Contudo, esse período de investimentos e integração entre as regiões foi revertido, principalmente entre 1979-1984, devido a alguns fatores, como: i) ruptura do padrão de financiamento e choque do juro norte-americano (1979), ii) crise da dívida externa (1982); iii) acordo com o Fundo Monetário Internacional/FMI (1983); iv) maxidesvalorização do Cruzeiro (1983); v) aceleração inflacionária (1983); vi) elevação da taxa de juro interna (1983); vii) estatização da dívida externa (1984) (SOUZA, 2007).

Tais eventos geraram vários problemas internos, como a queda dos investimentos públicos, baixo crescimento econômico, alta da inflação, déficit na balança de pagamentos, corte do crédito interno e elevação das dívidas públicas internas e externas, o que afundou o Brasil na crise fiscal e financeira. Era o início da reestruturação da economia brasileira e do longo processo de desmantelamento da estrutura industrial construída nas décadas anteriores.

A crise econômica das décadas de 1980/90 e a reorientação do planejamento público, após o Brasil aderir aos pressupostos do consenso de Washington³, resultaram no papel de preponderância do mercado externo na agenda econômica nacional ante o deteriorado setor público. Assim, o projeto de industrialização e “desenvolvimentismo” das décadas anteriores era minado como projeto político, econômico e para a nação. Isso levou o país ao processo de (re)primarização da pauta exportadora e especialização regressiva, via inserção comercial passiva ou subordinada na divisão internacional do trabalho, baseada na exportação de commodities e produtos semimanufaturados ligados ao processamento de recursos naturais, conforme nos aponta os autores expoentes da literatura econômica-regional brasileira⁴. Essa mudança na estrutura produtiva acarretou no fenômeno da “desindustrialização precoce ou negativa⁵”, diferente do que ocorre nos países desenvolvidos. No Brasil, esse fenômeno representa a crise estrutural de sua economia, e que associada com a crise conjuntural de 2007-08 aprofundam os desafios e os impactos para o Estado e a sociedade brasileira.

De tal modo, as mudanças do ciclo de acumulação ocasionaram em modificações das atividades produtivas em Alagoas, visto o expressivo crescimento relativo do setor de serviços, estes associados com ocupações de baixa remuneração, a queda do setor industrial, a elevada participação do segmento de bens de consumo não-duráveis dentro da indústria e a forte concentração de terras com predominância da cultura canavieira na produção rural alagoana. O objetivo do artigo, portanto,

³ Ver a respeito Cano (2000) sobre os impactos da adesão do consenso no Brasil.

⁴ Araújo (1997); Cano (2014); Macedo (2010), entre outros.

⁵ Ver Cano (2011) sobre esse fenômeno nos países periféricos e as diferenças com a desindustrialização dos países desenvolvidos.

apresenta-se como identificar as mudanças na estrutura produtiva alagoana articulando-a com as transformações na escala nacional e internacional e das próprias especificidades locais.

Além desta introdução, o presente artigo possui mais quatro seções. A segunda faz uma análise sobre a abordagem, instrumentos e políticas do desenvolvimento regional ao longo do século XX. A seção 3 traz um breve histórico da economia e formação territorial alagoana. Já a seção 4 apresenta a trajetória e mudanças da economia alagoana. A seção 5 apresenta as conclusões.

AS POLÍTICAS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL REVISITADO

Até a década de 1930 a economia brasileira era marcada por sua característica primário-exportadora de modo que as regiões não eram integradas nacionalmente e cada região apresentava uma trajetória econômica autônoma seguindo a demanda do mercado internacional (MELLO, 1998). Esse período pré-1930 representa para as regiões brasileiras o que Oliveira (2008) chama de “*arquipélagos regionais*”, visto que cada uma compunham, metaforicamente, arquipélagos separados e sem conexões entre si, sem fluxo comercial e produtivo entre si (CANO, 2007).

Somente a partir de 1929-30, iniciou-se o rompimento com o arcaico padrão de acumulação primário-exportador⁶ em prol da industrialização, urbanização e integração regional da economia brasileira, processo este denominado por Furtado (2006) como: “o deslocamento do centro dinâmico”. A formação de capital e o emergente padrão de acumulação passavam a ser induzidos pela indústria, que se desvinculava da subordinação ao capital agrário, embora continuasse dependente das divisas internacionais geradas no setor primário-exportador para a importação de máquinas e equipamentos. Era iniciado o processo de integração do mercado nacional e avanço do desenvolvimento industrial do Brasil, concentrado em São Paulo, onde a indústria se concentrava, dados os fatores pretéritos de acumulação⁷ (CANO, 1998).

Dessa forma, entre 1933 e 1955, tivemos o que os autores referenciados tratam: o processo de “industrialização restringida”, cuja dinâmica de acumulação mostrava-se de forte dependência

⁶ Os fatores que levaram a essa superação do padrão de acumulação primário-exportador, segundo Cano (2007), são: crise do setor externo de 1929, a intensificação do “transbordamento” do capital cafeeiro para atividades industriais e a alteração das correlações de forças políticas nacionais, a partir da entrada de Vargas na presidência da República, com o Estado mais interventor e a ruína da política do café-com-leite. Essa alteração política representava a ascensão dos interesses da classe dirigente industrial acima daqueles atrelados à classe agrícola, mas não os desprezando, já que Vargas defendia uma política de industrialização através do capital acumulado pelas exportações de produtos agrícolas.

⁷ São Paulo apresentava alguns elementos que proporcionavam a concentração e o crescimento industrial, dentro os quais: i) expansão da fronteira agrícola e diversificação da agricultura; ii) incremento da atividade industrial (produção e importação de equipamentos, beneficiamento de café, sacarias de junta para embalagem do café e indústria manufatureira); iii) implantação e desenvolvimento do sistema ferroviário; iv) expansão do sistema bancário nacional; v) desenvolvimento de atividades criadoras de infraestrutura (portos, armazéns, transportes urbanos, etc); vi) aumento da atividade do estado, principalmente pela ótica do gasto público; vii) formação, expansão e desenvolvimento de um mercado de trabalho assalariado e fomentação do mercado consumidor; viii) comércio atacadista, de exportação e importação; ix) construção civil; x) atração do capital externo. Estes elementos propagavam fatores dinâmicos das relações capitalistas de produção e ampliavam o poder de acumulação da indústria paulista (CANO, 1998). Assim, conforme Cano (1984, p.63): “A economia paulista- ou seja, o complexo cafeeiro- constituiu a mais dinâmica economia regional antes de 1929 e possibilitou a implantação de uma embrionária indústria”.

com o setor exportador e baseava-se na expansão industrial, mas cujas bases técnicas e financeiras eram ainda insuficientes para implantar o núcleo fundamental da indústria de bens de produção. Este padrão de acumulação baseado na articulação mercantil é modificado no período entre 1956-1970, a partir do Plano de Metas⁸ (1956-1960), quando houve a integração do mercado nacional e ampliação do parque industrial e da capacidade produtiva do setor de bens intermediários e bens de consumo duráveis e de capital. Essas mudanças representaram um importante salto tecnológico e a interligação dos investimentos produtivos realizados. As novas características da indústria configuravam o processo da industrialização pesada, e com ela aumento do processo de concentração industrial em São Paulo (MELLO, 1998).

O advento da integração e expansão do mercado nacional engendrava também a divisão inter-regional do trabalho entre o Centro-Sul industrial e o Norte-Nordeste especializado em produtos alimentares, commodities e exploração dos recursos naturais. À medida que a industrialização do país avançava, aprofundava-se a discrepância entre as regiões: a indústria das regiões “periféricas” tornava-se cada vez mais obsoleta e atrasada em relação ao “Centro-Sul” (OLIVEIRA, 1981). O “desequilíbrio regional” foi, portanto, produto do próprio padrão de acumulação capitalista brasileiro. Para Andrade (1984, p.38):

(...) o crescimento brasileiro se fez de forma desigual [...] entre as várias regiões, fazendo com que algumas se beneficiassem do crescimento, enquanto outras mantivessem as velhas estruturas, transformando-se em fornecedoras de matérias-primas e de mão-de-obra barata às mais desenvolvidas. Além disso, essas regiões mais atrasadas são transformadas também em consumidoras dos produtos industrializados das regiões mais desenvolvidas.

Importante salientar que, apesar da divisão entre o Centro-Sul “moderno” e o Norte-Nordeste “atrasado”, não se concorda com a visão dualista. A dicotomia atrasado-moderno é regida pela divisão regional do trabalho que opera em uma mesma totalidade, de modo que o “atrasado” existe em função do “moderno” e vice-versa. Assim, os dois adjetivos, bem como “centro” e “periferia”: “[...] são partes do mesmo processo global de crescimento capitalista e estão nele dialeticamente imbricados participando, pois, da mesma natureza conceitual” (PERRUCCI, 1984, p.14). Portanto, a expansão do Sudeste “moderno” reforçava o papel dependente e complementar do Nordeste “atrasado”.

O “desequilíbrio regional” do crescimento industrial e econômico brasileiro não foi determinado por condições naturais, mas resultado de um processo histórico desfavorável para o NE. O aumento do desequilíbrio não significou, porém, enfraquecimento dos vínculos regionais. Ao contrário, à medida que a indústria requeria cada vez mais insumos, mercado consumidor e oferta de mão de obra, essa integração desigual reforçava-se (ANDRADE, 1984).

⁸ O Plano de Metas foi um importante programa de industrialização e modernização levado a cabo na presidência de Juscelino Kubitschek, na forma de um ambicioso conjunto de objetivos setoriais, que daria continuidade ao processo de substituição de importações que se vinha desenrolando nos dois decênios anteriores. O plano contou com o apoio de setores da sociedade, incluindo os militares, os empresários e sindicatos trabalhistas.

Nesse contexto, o Governo Federal, liderado por Celso Furtado, criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), em 1958, com o objetivo de identificar os principais problemas do NE, as oportunidades para superá-los e os mecanismos eficazes de desenvolvimento econômico e social da região. O GTDN constatou que o fraco dinamismo econômico e a pobreza nordestina derivavam da capacidade produtiva instalada e do arcaico setor primário-exportador, a solução para esses problemas estruturais seria a industrialização por meio de uma política regional de substituição de importações de outras regiões capaz de constituir um “centro autônomo de desenvolvimento manufatureiro”. O grupo tinha claro, também, que não bastaria promover apenas o crescimento industrial. Reformas mais amplas seriam fundamentais, como visto pelas propostas no documento do GTDN: colonização do Maranhão e dos Vales Úmidos; projetos de irrigação para interesses sociais; reforma agrária na Zona da Mata; aumento da oferta de alimentos; e a incorporação do homem rural no mercado de trabalho (GTDN, 1997).

Resultado do GTDN foi a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959. Seguindo a cartilha do GTDN, a proposta inicial da SUDENE era começar a produzir bens intermediários mediante investimentos em novas plantas industriais, de modo a corrigir as desigualdades regionais através da industrialização. A criação da SUDENE, contudo, não foi bem recebida pela oligarquia local, pois sua existência contrapunha-se às medidas oportunistas e assistencialistas praticadas até então⁹. Cano (2007, p. 259) relata que “não foi por outra razão que a maior parte da bancada parlamentar nordestina tentou evitar a criação da SUDENE em 1959”.

Entretanto, após o golpe militar de 1964, a SUDENE mudou sua linha original de atuação, assim, o direcionamento e os planos diretores¹⁰ pós-64 da Autarquia visavam integrar o mercado brasileiro ao capital oligopolista por meio das políticas voltadas ao setor industrial – mas também sem o mesmo caráter de industrialização autônoma originalmente proposto- e ao crescimento econômico, esquecendo os problemas sociais e agrário da região (ARAÚJO, 2000); (MOREIRA, 1979). De qualquer modo, com o apoio SUDENE, atraíram-se para o NE grupos econômicos, especialmente do Sudeste. Os empresários extrarregionais

⁹ Historicamente o Estado atuava apenas de forma assistencialista, por exemplo: o combate às secas, via o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS); a política de transferência de 1% do orçamento da União para a recuperação do Vale do São Francisco, através da criação da Companhia do Vale do São Francisco (CVSF) em 1946; a expansão do crédito para os grandes proprietários, especialmente os fazendeiros de gado mediante criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em 1952; a criação da CHESF, em 1949, para fornecer aos grandes proprietários fontes de energia; e medidas setoriais de proteção, como o Instituto de Açúcar e Alcool (IAA), em 1933, ou o Instituto do Cacau.

¹⁰ O I Plano Diretor (1961 a 1963) priorizou a construção de infraestrutura (de transportes, territorial, econômica e industrial) como condição essencial para a integração econômica. O II Plano Diretor (1963 a 1965) procurou enfatizar as indústrias de grande porte. O III Plano Diretor (1966 a 1968) foi formulado depois do Golpe Militar e modificou a atuação da SUDENE, que passou a reforçar a expansão do capital oligopolista sobre a região. O IV Plano Diretor (1968 a 1973) migrava a preocupação para a concentração industrial nas metrópoles regionais – Salvador, Recife e Fortaleza – que reproduziam a disparidades de renda intra-regionais (GOODMAN E ALBURQUERQUE, 1974); (ANDRADE, 1981); (FEITOSA, 2006).

entenderam a proposta como nova oportunidade de investimentos, tanto que, no total dos investimentos realizados no Nordeste com base nos incentivos até a década de 1970, mais de 50% originaram-se em São Paulo e apenas 10%, no NE (CANO, 2007).

Para além da SUDENE, o NE contou também com os incentivos e investimentos oriundos do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento, de 1975 a 1979). O II PND apresentava como objetivos concluir a instalação da indústria pesada, internalizar a indústria de bens de capital e completar o parque industrial nacional via produção de insumos básicos e bens intermediários entre as regiões (LESSA, 1998). Para o Nordeste, o II PND representou a implantação de grandes e modernos complexos industriais de bens intermediários¹¹.

Em suma, a SUDENE e o II PND, dentre alguns outros planos, programas e planejamento, promoveram o “ajustamento” da estrutura industrial nordestina ao padrão de acumulação do período da “industrialização pesada” e consolidou a região como produtora de bens intermediários, fornecedora de insumos industriais e mercado consumidor dos bens de produção do Sudeste. Contudo, essa transformação não correspondeu àquela idealizada originalmente pelo GTDN, pelo contrário, aprofundou o caráter complementar e dependente da região, ao invés de se tornar um “centro autônomo” (ARAÚJO, 1984).

De qualquer modo, nas décadas de 1960 a 1980, houve, de fato, uma política regional voltada para a desconcentração produtiva nacional. Contudo, após as décadas de 1980/90, o padrão de acumulação foi alterado. Passado o período de êxito das políticas públicas de desenvolvimento regional, que durou até meados da década de 1980, o Brasil passou a sentir os efeitos da crise internacional. Tais efeitos se acentuaram após 1985, quando os investimentos públicos feitos no período anterior se maturaram (CANO, 2007).

Os efeitos da crise econômica dos anos 80/90 e a alteração no padrão de acumulação resultou em transformações na indústria brasileira nos anos 2000 até hoje, principalmente por meio de sua inserção comercial passiva na divisão internacional do trabalho, isto é, através de atividades intensivas em recursos naturais, o que implicou no surgimento de novas áreas industriais dinâmicas mais interiorizadas e não-metropolitanas, principalmente àquelas ligadas à fronteira agromineral de produção e exploração de commodities, alimentos ou recursos semimanufaturados ligados aos recursos naturais no Norte, Centro-Oeste e algumas partes do Nordeste. Assim, as regiões passaram a (re) adequar sua produção de acordo com a demanda externa em detrimento de um plano nacional ou encadeamento produtivo regional, o que levou

¹¹ Foram várias áreas da região que conseguiram a captação de investimentos e a instalação de indústrias: O Polo Petroquímico de Camaçari na Bahia; o Polo Integrado Petro-Cloroquímico em Sergipe; a Fruticultura Irrigada em Petrolina/PE e Juazeiro/BA; a Indústria Portuária de Suape, em Pernambuco; O Polo Cloro químico de Alagoas, a Indústria Química e Metalúrgica do Rio Grande do Norte; a Indústria Mineral-Metalúrgica do Maranhão e a Indústria Têxtil e de Confeções do Ceará (ARAÚJO, 1997).

ao afrouxamento da integração e intensificação da competição entre estados e regiões, inclusive com a guerra fiscal (CANO, 2011).

Além desse elemento externo, as regiões mais interioranas e pobres do país, especialmente o Norte e Nordeste, tiveram um período de crescimento econômico, amparado pelo mercado de consumo em massa gestado entre 2006 e 2014, quando através das políticas de transferência de renda (Bolsa Família, Aumento real do salário mínimo, Recomposição da previdência rural), políticas sociais (Pronatec, Pronaf, Prouni, interiorização das universidades), investimentos públicos (PAC, em infraestrutura, Minha Casa Minha Vida, exploração do Pré-Sal, construção de refinarias e estaleiros) e expansão do crédito, houve grande expansão do consumo, o que gerou estímulos à rede urbana mais interiorizada do país pelo crescimento do comércio e serviços, mas com grande ressalva de que nesse processo não houve intrínseco processo de desenvolvimento regional, o que Tânia Bacelar de Araújo chama de políticas “regionais implícitas”.

Revisitado as políticas, os desequilíbrios e o desenvolvimento regional brasileiro ao longo do século XX até as primeiras décadas dos anos 2000, é necessário observar que a cada novo ciclo econômico nacional a economia alagoana foi impactada diretamente. Dentro deste panorama de mudanças econômicas a terceira seção busca traçar o perfil histórico de Alagoas, apontando as particularidades sócio históricas e os desdobramentos das políticas nacionais no conjunto econômico e da organização socioespacial alagoana.

BREVE HISTÓRICO DA ECONOMIA ALAGOANA

O motivo da colonização, criação e ocupação do território alagoano¹² foi a produção do açúcar, embora Penedo tivesse sua ocupação inicial justificada por fins militares. Segundo Altavila (1988, p.90) “Deve-se à indústria açucareira o povoamento de grande parte do território alagoano. Os povoados, quase sempre, surgiam nas cercanias dos engenhos”.

Apesar de vital, não havia somente a cana-de-açúcar no território alagoano. O estado era provido de boa condição pastoril. O gado cumpria função complementar e inicialmente coexistia com a cana-de-açúcar na zona da mata, por ser fonte de alimentos (carne e leite), meio de transporte (carro de bois) e energia para mover os engenhos (via tração animal). Mas, por conta do desgaste ao solo e pela invasão holandesa foi deslocado para áreas mais distantes da plantação canavieira. O gado se deslocava, penetrava e fomentava o povoamento pelo interior (ANDRADE, 1963).

Já a produção algodoeira teve início em no findar do século XVIII e início do século XIX, especialmente no agreste, longe dos canaviais e com atividade pastoril menos intensa, à margem

¹²São três núcleos iniciais de povoamento do território alagoano no século XVI: Penedo (1560), às margens do rio São Francisco, na região sul; Porto Calvo (1590), situado próximo ao rio Manguaba, na região norte e Alagoas do Sul (1591), próxima às duas maiores lagoas Manguaba e Mundaú, no centro do território (SANT’ANNA, 1970). Eram a partir desses primeiros povoados e do crescimento da economia canavieira que se espalhava a incipiente ocupação do território alagoano.

do binômio cana-pecuária/zona da mata-sertão (ANDRADE, 1963). O algodão organizou uma forma diferente de povoamento, primeiramente, e especialmente, por ser produzido em fazendas de pequeno e médio porte. O desenvolvimento da indústria têxtil promovia o assalariamento da mão de obra, incorporação do trabalhador à cidade, produzia importantes encadeamentos industriais “para frente” e estimulava a monetização da economia local evidenciado com o crescimento de uma rede de serviços e comércios. Para Andrade (1963), a cotonicultura tinha impacto maior no crescimento e na urbanização das cidades que estavam no entorno de sua produção do que àquelas que se situavam no entorno da produção açucareira.

O trinômio cana-pecuária-algodão formaram às bases da organização socioespacial da economia em Alagoas até as primeiras décadas do século XX. Entretanto, com o decreto nº 22.789 de 1933 foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)¹³, uma Autarquia do governo federal, cuja função era atender às demandas dos usineiros. A partir do IAA, houveram, a nível local, implicações históricas no âmbito econômico, pela especialização produtiva no açúcar e no álcool, e espacial, visto a concentração da rede urbana alagoana e redução do ritmo de urbanização pela predominância da cana.

Dado todo o aparato financeiro, produtivo e tecnológico, por meio dos incentivos, subsídios e investimentos do IAA, houve grande aumento da produção canavieira, mas o principal elemento dessa expansão foi à incorporação de novas terras para produção, isto é, abertura de nova fronteira agrícola de produção canavieira nos anos 60. Uma extensa área “aberta” para a cultura canavieira expandiu-se sem elevar significativamente a composição orgânica do capital, portanto sem fomentar a produtividade em níveis mais elevados. O avanço da cana pelo território alagoano ocorreu em direção aos tabuleiros costeiros do sul¹⁴.

Enquanto isso, o setor têxtil declinava, pois as mudanças no cenário político e econômico nacional, a partir do fim da década de 1920, implicaram em consequências negativas para a produção têxtil local e regional. Isto porque, dado a crise de superacumulação do café e a crise internacional de 1929, muitos cafeicultores paulistas migraram para a indústria têxtil e nela encontraram possibilidade de superação da crise e alternativa de utilização da terra para outra

¹³Algumas das ações do IAA foram: i) controle regionalizado da produção de açúcar por meio de cotas de produção para cada estado e cada unidade produtiva; ii) programas de equalização de custos entre os estados produtores. A diferença de custos entre os produtores do Nordeste e do Centro-Sul era coberta por subsídios estatais, com o objetivo de proteger as regiões potencialmente menos competitiva, como a nordestina; iii) reserva do mercado consumidor interno e externo. Os produtores do Centro-Sul teriam o mercado de sua região protegido da entrada de produtores de outras regiões, assim como os produtores do Nordeste estariam igualmente protegidos. Aos produtores nordestinos também era garantido o abastecimento da demanda do setor externo; iv) regulação dos conflitos entre usineiros e senhores de engenho (banguzeiros); v) administração dos preços para o açúcar e álcool; vi) estímulos à produção de álcool (RAMOS, 1983); (CARVALHO, 2008); (VIAN, 2015).

¹⁴Os tabuleiros costeiros constituem uma unidade geoambiental que compreende uma faixa que acompanha todo o litoral brasileiro desde o Rio de Janeiro até o Amapá se caracteriza predominantemente por áreas de relevo de plano a ondulado com altitude média de 50-100m. Em geral, os solos são pobres, profundos, de baixa fertilidade e possuem pouca capacidade de armazenamento de água. A vegetação nativa é a Mata Atlântica ou mata de restinga (EMBRAPA, 2015).

cultura. O setor têxtil nacional crescia, quando variou 422% entre 1931 a 1970, de acordo com os dados do censo agrícola mas, esse crescimento foi regionalmente distinto.

Esse crescimento para poucos, notadamente para os produtores do SUDESTE ocorreu, pois os grupos produtores dessa região buscaram alguns instrumentos para conter o avanço da indústria têxtil nordestina, considerados grandes concorrentes por serem históricos produtores do algodão e possuir algumas barreiras à entrada de produção. Dentre os mecanismos de contenção se destacou a adoção de medidas restritivas de produção do algodão e boqueio a importação de máquinas por parte do Governo Federal¹⁵, mas encaminhada pela Associação das Indústrias Têxteis (AIT), composta majoritariamente por fábricas do Rio de Janeiro e de São Paulo, cujo objetivo oficial era evitar uma superprodução do algodão, mas implicitamente tornava obsoleto o setor têxtil nordestino e beneficiava a burguesia têxtil do Sudeste, que já havia feito grandes importações de máquinas antes de o decreto ocorrer, assim enquanto durasse o bloqueio os produtores do Sudeste estariam tecnologicamente acima dos concorrentes nordestinos. O decreto ainda foi estendido até 1937 (STEIN, 1979); (SALDANHA e LESSA, 2011)¹⁶.

Já a pecuária, após séculos de estagnação, em meados da segunda metade do século XX passou a incorporar algumas inovações científico-produtivas para melhoria da qualidade e aumento da quantidade bovina produzida, o que permitiu o aumento da produtividade, a produção em larga escala e a introdução de elementos industriais no setor de alimentos lácteos. Nesse período, foi criada a bacia leiteira, composta, em 1968, pelos municípios de Batalha, Belo Monte, Cacimbinhas, Jacaré dos Homens, Jaramataia, Major Isidoro, Monteirópolis, Olho d'Água das Flores, Palestina e Pão de Açúcar. A partir da bacia leiteira, a pecuária no estado foi se modernizando, aumentando a produção e se especializando cada vez mais na bovinocultura de corte e de leite, concentrado territorialmente no sertão do estado. Outra cultura agrícola que teve forte expansão no período foi o fumo¹⁷, principalmente o fumo de corda de Arapiraca. Em 1950, a alta do fumo arapiraquense já trazia expressivos resultados para a economia arapiraquense, principalmente pela atração de empresas exportadoras (nacionais e internacionais) a fim de realizar o beneficiamento, a comercialização e exportação do fumo.

¹⁵ O decreto 19.739 restringia por dois anos a importação de maquinários estrangeiros.

¹⁶ Mas não somente pela obstrução de importações que o setor declinava em Alagoas, mas também por outros fatores pós-1930: i) pela ampliação da malha de transportes, que representava uma das “barreiras à entrada” dos produtores alagoanos protegidos da concorrência inter-regional; ii) preponderância de políticas setoriais voltadas exclusivamente ao setor canavieiro, com poucos amparos ou medidas de proteção para o segmento têxtil; iii) na década de 80 com a “praga do bicudo” a cultura algodoeira no estado praticamente desaparece, após passar por longo processo de letargia;

¹⁷ O fumo teve um expressivo crescimento da produção e da área colhida, com variação absoluta de 907% (média anual de 6,4%) na produção alagoana, entre 1933 e 1970 e crescimento de 762% de área colhida (6,0% a. a.) no mesmo período.

Tabela 01- Alagoas: Participação Relativa da Indústria Referente aos Salários e ao VTI (1950,1960,1970) em %.

Anos	1950		1960		1970	
	Salários	VTI	Salários	VTI	Salários	VTI
Indústria extrativa	0,3%	0,3%	0,1%	0,1%	0,6%	1,4%
.Extração de minerais	0,3%	0,3%	0,1%	0,1%	0,6%	1,4%
Indústria de transformação	99,7%	99,7%	99,9%	99,9%	99,4%	98,6%
Bens de Consumo Não-Duráveis	91,9%	91,7%	92,3%	91,1%	85,6%	86,5%
.Mobiliário	1,2%	1,0%	2,2%	2,1%	0,9%	1,1%
.Produtos farmacêuticos e medicinais	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%
.Produtos de perfumaria, sabões e velas	0,2%	0,6%	0,2%	0,3%	0,1%	0,3%
.Têxtil	61,0%	45,0%	43,4%	30,9%	18,4%	15,7%
.Vestuário, calçados e tecido	0,7%	0,6%	1,0%	1,0%	1,4%	2,3%
.Produtos alimentares	27,3%	42,7%	43,0%	54,5%	59,2%	63,1%
.Bebidas	0,6%	1,1%	0,7%	0,9%	2,5%	2,1%
.Fumo	0,1%	0,1%	0,3%	0,4%	0,0%	0,0%
.Editorial e gráfica	0,8%	0,8%	1,5%	1,1%	3,1%	1,9%
Bens Intermediários	7,3%	7,6%	7,3%	8,7%	12,6%	11,4%
.Mineral não metálico	3,0%	2,9%	4,2%	4,0%	4,4%	3,5%
.Madeira	0,8%	0,6%	1,8%	1,3%	1,0%	0,8%
.Papel e papelão	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
.Borracha	0,0%	0,0%	0,2%	0,4%	0,0%	0,0%
.Couros e peles e produtos similares	0,1%	0,2%	0,4%	0,4%	0,0%	0,1%
.Química	3,2%	3,8%	0,5%	1,9%	1,0%	4,5%
.Produtos de materiais plásticos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
.Metalurgia	0,1%	0,1%	0,4%	0,6%	6,1%	2,6%
Bens de Consumo Duráveis/Capital	0,4%	0,2%	0,3%	0,1%	1,2%	0,7%
.Mecânica	0,4%	0,2%	0,0%	0,0%	1,0%	0,5%
.Material elétrico e de comunicação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
.Material de transporte	0,0%	0,0%	0,2%	0,1%	0,0%	0,0%
.Diversas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IBGE-Censo Industrial (vários anos).

Nessa década houve um surto de empresas que se instalaram na cidade¹⁸. Com a instalação das empresas e o mercado do fumo em alta, ocorreu forte crescimento no setor de

¹⁸ A empresa espanhola a Exportadora Guarrido foi à primeira delas, instalada em 1950; acompanhada logo depois, em 1951, da C. Pimentel, empresa portuguesa; a brasileira Almerino Portugal em 1952; a belga Ernest Bercovitz em 1953; a brasileira Fraga & Sobel em 1954; a brasileira Cia Souza Cruz e a também brasileira Overback em 1956; a brasileira Gerdi em 1958; a francesa Mangeroux em 1958 e a brasileira Ermor em 1968. Várias outras empresas brasileiras e estrangeiras, exportadoras e comercializadoras do fumo, viriam ainda a se instalar em Arapiraca nos anos posteriores (OLIVEIRA, 2005).

comércio e serviços para atender às demandas surgidas com a expansão urbana do município¹⁹. Além disso, as inversões públicas em infraestrutura econômica e em equipamentos urbanos também movimentaram a cidade.

De qualquer modo, a supremacia da cana na estrutura produtiva local era ainda incontestável pelos elementos supracitados, como nos mostra a **tabela 1** acerca da composição da estrutura produtiva alagoana. Somente a partir de 1970 é que há um incipiente aumento da participação relevante de outro gênero, o químico, com a criação da SALGEMA-Indústrias Químicas S.A.²⁰ em 1967 e do polo cloroquímico alagoano (PCA)²¹.

Resultado material da especialização da estrutura produtiva no açúcar e no álcool foi o baixo dinamismo econômico e a estagnação e alastramento da pobreza do estado, isso, pois o predomínio da cultura canavieira resultava em concentração de terras e da renda nas mãos de poucos usineiros, baixo nível de progresso técnico, pouco estímulo ao desenvolvimento de comércio e serviços urbanos pelo insuficiente nível de propagação da renda e de circulação monetária, o aumento do êxodo rural, entre outros elementos. Isto é, a especialização produtiva no setor canavieiro não estimulava a divisão social do trabalho e as forças capitalistas de produção.

TRANSFORMAÇÕES RECENTES DA ECONOMIA ALAGOANA (1989-2017).

Foi visto que até os anos 1970 a agroindústria sucroalcooleira dominava a estrutura produtiva alagoana. Entretanto, durante um breve lapso temporal, especialmente entre 1980 a 1985, houve um “ensaio” da diversificação produtiva alagoana com crescimento da indústria, mas que não se perpetuou ao longo dos períodos subsequentes, principalmente a partir dos anos 90. Esse crescimento industrial não deve ser confundido com um processo de industrialização, pois a expansão do setor era quase que somente movida pelo setor de bens de consumo não-duráveis, com crescimento momentâneo também do setor de bens intermediários, especialmente o segmento químico.

Essa crescimento e diversificação produtiva excepcional no período (1980-1985) foi impulsionada pelo setor de bens intermediários, notadamente do químico, com através dos

¹⁹ Várias empresas surgiram e se instalaram na cidade, principalmente na década de 1960/70, como às casas de saúde e hospitais, comércio de adubos e fertilizantes, supermercados, agências bancárias, como o Banco do Brasil, cinemas, imobiliárias, bancos, postos de gasolinas, concessionária de automóveis (Ford, Chevrolet, Fiat, Volkswagen, Mitsubishi), faculdades, serviços agropecuários e indústrias de bebidas (Coringa e Coca-Cola), lojas varejistas, atacadistas e de eletrodomésticos, etc. (OLIVEIRA, 2005). Além dessas empresas, a partir de 1970, surgiram no comércio da cidade empresas como a Extra Forte, a Super Bom, o Fumo do Bom, a Rei do Nordeste que estavam relacionadas com o beneficiamento do fumo em corda para comercialização nacional (SANTOS, 2014).

²⁰ A instalação da SALGEMA S.A em Alagoas se deve a existência de uma enorme jazida de sal-gema encontrada em 1943 em Maceió, matéria prima básica para a obtenção da soda cáustica e do cloro, que atenderiam as demandas da Dow Química e da Cia Petroquímica de Camaçari, ambas na Bahia, e das indústrias de celulose do Sul do país.

²¹ O PCA é um conjunto de empresas do setor químico de 1ª (matérias-primas) e 2ª geração (insumos industriais) voltado para a integração e complementariedade do setor químico nacional. A principal empresa desse polo era a própria SALGEMA, empresa de 1ª geração que produzia o cloro. O PCA tinha a função de produzir insumos para grandes projetos industriais nas regiões mais desenvolvidas (LUSTOSA, 1997).

investimentos públicos com a criação da SALGEMAE no Polo Cloquímico Alagoano (PCA), como podemos observar na **tabela 2**.

De 1960 a 1990 houve um crescimento de 6,7% a. a. do PIB alagoano, pouco acima do crescimento nordestino (6,5%) e brasileiro (5,1%). O crescimento alagoano deve ser creditado tanto à expansão do setor agroindustrial sucroalcooleiro, por conta dos investimentos, subsídios e concessões realizados pelo IAA e pelo crescimento da demanda pelo álcool via Proálcool²², como pelos investimentos oriundos da SUDENE e do II PND em Alagoas, especialmente alocados para a SALGEMA e ao PCA.

Tabela 02 – Alagoas: Participação Relativa da Indústria referente ao Valor da Produção (VP), Valor de Transformação Industrial (VTI), Mão-de-Obra e Salário (em %)¹.

Anos	1970				1985			
	M-D-O	S	VP	VTI	M-D-O	S	VP	VTI
Indústria extrativa	0,8	0,6	0,6	1,4	0,1	0,2	0	0,6
.Extração de minerais	0,8	0,6	0,6	1,4	0,1	0,2	0	0,6
Indústria de transformação	99,2	99,4	99,4	98,6	99,9	100	100	99,4
<i>Bens de Consumo Não-Duráveis</i>	82	85,6	89,8	86,5	73,2	66	51	45,7
.Têxtil	20,5	18,4	12,7	15,7	3,9	3,2	4,9	5,1
.Produtos alimentares	53,1	59,2	71,6	63,1	57,3	54	39	33,8
.Fumo	0	0	0	0	6,9	3,8	4,7	4,3
.Outros*	8,4	8	5,5	7,7	5	5	2,4	2,5
<i>Bens Intermediários</i>	15,9	12,6	9,2	11,4	23,1	30	46	49,9
.Mineral não metálico	9	4,4	2,1	3,5	6	5,3	0,4	5,2
.Madeira	1,8	1	0,6	0,8	1,4	1,1	0,3	0,4
.Química	1,2	1	4,6	4,5	13,6	20	42	42
.Metalurgia	3,7	6,1	1,8	2,6	1,6	2,6	2,7	2
Outros**	0,2	0	0,1	0,1	0,5	0,4	0,5	0,3
<i>Bens de Consumo Duráveis/Capital</i>	1,3	1,2	0,4	0,7	3,6	4,5	2,9	3,9
.Mecânica	1	1,1	0,3	0,5	3	3,9	2,7	3,5
Outros***	0,3	0,1	0,1	0,2	0,6	0,5	0,3	0,4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/Censo industriais (1970 e 1985). Elaboração do próprio autor;

Nota¹: Mão-de-Obra (M-D-O); Valor de Transformação Industrial (VTI); Valor de Produção (P); Massa de Salário (S);

Nota: Outros* indicam os gêneros de bens de consumo não duráveis com VTI abaixo de 3% durante todo o período.

Nota: Outros** indicam os gêneros de bens intermediários com o VTI abaixo de 1% durante todo o período

Nota: Outros*** indicam os gêneros no segmento de bens duráveis, com VTI abaixo de 0,5% durante todo o período.

²² Proálcool (1975-1979) foi um programa do governo federal de estímulo à produção de etanol como principal componente da matriz energética da frota automobilística. Os objetivos eram: i) aliviar a pressão sobre a balança de pagamentos, pela substituição dos derivados do petróleo para o etanol; ii) atender as reivindicações da agroindústria canavieira que clamava por mais benefícios, estímulos e concessões do governo, além de regular e readequar a oferta de açúcar pela produção do álcool.

Porém, quando os investimentos estatais ficaram mais escassos a partir de 1985, o setor químico decresceu e perdeu participação relativa na estrutura produtiva alagoana, enquanto a agroindústria canavieira se reforçava por conta do aumento das exportações de commodities e matérias-primas a partir dos anos 90, e principalmente pelo financiamento da produção atrelada a especificidades locais, como veremos. Assim, o PIB alagoano praticamente não sofreu alterações ao longo dos anos dentro da participação regional, em virtude da baixa diversificação produtiva, mantendo em 2015 praticamente o mesmo patamar na participação percentual dentro do PIB regional de 1970, em verdade ligeiramente menor, enquanto todos os outros estados ganharam participação, com exceção de Pernambuco e Bahia. É justamente no período de 1980-1985, quando houve esse “ensaio de mudança” que Alagoas apresentou leve crescimento da sua participação no PIB regional, como bem podemos ver pela **tabela 3**.

Tabela 03: NORDESTE: Participação dos Estados no PIB do Nordeste – 1970-2010 (%)

Estados	Anos									
	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Alagoas	5,80%	5,70%	5,50%	6,10%	5,50%	4,90%	4,90%	5,50%	5,20%	5,50%
Bahia	32,50%	33,40%	36,20%	37,90%	34,90%	32,40%	33,40%	31,20%	29,50%	28,90%
Ceará	12,30%	11,70%	12,90%	12,20%	12,60%	15,10%	14,40%	14,50%	15,20%	15,40%
Maranhão	7,00%	6,60%	7,10%	5,30%	6,20%	6,10%	6,40%	8,90%	8,90%	9,20%
Paraíba	6,10%	6,30%	5,50%	5,10%	6,60%	6,40%	6,40%	6,20%	6,40%	6,60%
Pernambuco	24,90%	24,30%	21,20%	18,60%	20,70%	21,10%	20,20%	17,80%	18,60%	18,50%
Piauí	3,10%	3,20%	3,10%	2,80%	3,50%	3,80%	3,70%	3,80%	4,30%	4,60%
Rio Grande do Norte	4,60%	5,30%	5,30%	5,50%	5,60%	5,70%	6,40%	7,10%	6,90%	6,70%
Sergipe	3,70%	3,60%	3,30%	6,50%	4,50%	4,30%	4,10%	5,10%	5,10%	4,50%
Nordeste	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %
Alagoas/Brasil	0,70%	0,60%	0,70%	0,90%	0,70%	0,60%	0,60%	0,70%	0,80%	0,80%
Nordeste/Brasil	11,70%	11,10%	12,00%	14,10%	12,90%	12,80%	13,10%	13,50%	14,20%	14,20%

Fonte: Contas Regionais/IBGE (1970-2010); Contas Nacionais/IBGE (2010-2015)

A leve queda de participação do PIB alagoano não pode ser creditada a um movimento estadual de desindustrialização de (re)primarização da pauta exportadora, tal qual ocorreu e ocorre no Brasil pós anos 1990, pois nunca foi um estado industrializado e nunca deixou de ser exportador de commodities. Entretanto, é inegável que houve em Alagoas uma volta do

crescimento na participação do setor de bens de consumo não-duráveis na estrutura produtiva estadual, acompanhando o movimento nacional, em detrimentos dos demais setores mais dinâmicos, como o de bens intermediários. Vejamos o porquê disto.

Nos anos 1990, para enfrentar a desregulamentação e reestruturação produtiva do setorcanaieiro, foi necessário aos produtores alagoanos modernizar o plantio por meio tanto da mecanização como pela concentração de terras em prol do latifúndio monocultor canavieiro²³, quando chegou a ser principal produtor nordestino a partir da segunda metade da década de 1990. Mas como explicar o crescimento produtivo e tecnológico da plantação canavieira em pleno período de crise econômica nacional nos anos 90?

Ocorre que com vigência do padrão de acumulação ancorado em commodities e matérias-primas, o processo de modernização da produção estadual ocorreu sob forte amparo dos recursos provenientes do erário estadual, principalmente através do “acordo dos usineiros”²⁴ de 1989, sancionado pelo então governador Fernando Collor de Mello (1987-1989), que tomou de assalto o cofre público²⁵ para modernizar um seleto grupo de usineiros²⁶, o que causou grande prejuízo aos investimentos e serviços públicos estaduais²⁷. Ou seja, o processo de modernização e expansão do setor foi financiado pelo cofre público estadual, que atendeu aos interesses da classe mais privilegiada, os usineiros, direcionando o estado para a especialização da produção em açúcar e álcool após um breve período de diversificação produtiva e crescimento econômico (LIRA, 1997).

Atabela 4 demonstra a força oriunda do segmento sucroalcooleiro, como podemos ver pelo crescimento do setor de bens de consumo não-duráveis (BCND) no lugar do setor de bens intermediários (BI), durante os censos de 1995 e 2010, especialmente do setor de alimentos. No censo de 2016, entretanto, apesar do setor de BCND ser indiscutivelmente o de maior peso da indústria alagoana, há uma notável queda de participação do setor, devido à

²³ Entre 1990 e 2000, houve uma variação de 32,48% no rendimento (ton/hect), na produção alagoana, já em Pernambuco essa variação foi de apenas 2,00%. O estado de Pernambuco teve uma variação negativa de 26,4% na cana produzida, - 10,9% de área plantada, -19,0% de área colhida. Em Alagoas esses percentuais foram de 12,9% para a variação da produção, -8,9% de área plantada, -8,5% de área colhida, isto é, aumento da produtividade (SINDIAÇÚCAR-AL, 2013).

²⁴ Oficialmente tratado como: “Termos de Transação do Indébito da Cana Própria”. O acordo tinha como objetivo a garantia de um contínuo fluxo monetário destinado aos usineiros, sancionado pelo então governador Fernando Collor (1987-1989) (LIRA, 1997).

²⁵ Esse acordo envolveu cerca de US\$ 120 milhões transferidos dos cofres públicos para o setor sucroalcooleiro, o que afetou profundamente as finanças públicas estaduais e foi elemento central da crise social, econômica e política de Alagoas nos anos 90 (LIMA, 2006).

²⁶ Com a seletividade dos investimentos oriundos do acordo, houve intenso movimento de concentração e centralização do capital sucroalcooleiro, que resultou na redução de 44% de usinas entre 1990 e 2015, de 36 para 20 unidades industriais de produção, dessas ao qual grande parte incorre ainda em graves dificuldades financeiras. Contudo, a diminuição no número de unidades de produção não implicou em retração da produção de açúcar e álcool, mas na incorporação das unidades obsoletas por usinas mais modernas e maiores.

²⁷ Isto porque o ICMS significava mais de 90% da arrecadação tributária do Estado e o setor canavieiro era o principal contribuinte do ICMS, com 62,02% da contribuição total arrecadada. Contudo, pelo acordo, os usineiros ficariam isentos de pagar e ainda seriam restituídos, o que minava as formas de financiamento do Estado e engessava quaisquer políticas de investimento por parte do governo, pois o orçamento já estava comprometido com o pagamento para os usineiros (LIMA, 2006).

crise que se alastra há pelo menos 10 anos e foi agudizada pela política da presidente Dilma Rousseff de controle do preço do petróleo para segurar a inflação, o que impactou negativamente na demanda por álcool pela frota automobilística brasileira.

Tabela 04 - ALAGOAS: INDÚSTRIA - Participação relativa de estabelecimentos, VTI - 1995 e 2016 (%)

Classes e gêneros da indústria	1995		2010		2016	
	Estabelecimentos	VTI	Estabelecimentos	VTI	Estabelecimentos	VTI
Indústrias extrativas e de produtos minerais	0,84	7,26	5,26	1,48	2,5	2,3
Indústria de transformação	99,16	92,74	94,74	98,52	97,5	97,7
Bens de Consumo Não Durável	59,66	38,98	43,23	70,18	39,2	60,4
Produtos alimentares	43,7	36,77	34,95	62,61	36,4	52,0
Bebidas	1,68	-	3,02	6,83	2,9	8,4
Bens Intermediários	22,69	53,36	19,45	20,95	18,6	32,3
Minerais não-metálicos	7,56	3,5	9,2	4,32	10,1	3,0
Química	13,45	49,86	3,81	13,29	4,2	25,6
Produtos de matérias plásticas	1,68	-	6,44	3,34	4,2	4,8
Bens de Consumo durável e de Capital	5,88	0,4	14,46	3,64	20,5	2,7

Fonte: PIA - IBGE (1995, 2010, 2017).

Ainda assim, o setor de BCND continua como o maior da indústria alagoana, o que reflete o atraso tecnológico e produtivo do estado, preso ao segmento mais primário da indústria. O setor responsável por internalizar o excedente econômico, desenvolver o mercado interno e promover a complementariedade entre os segmentos produtivos, o segmento de bens de capital, é ainda ínfimo na indústria alagoana, movido principalmente pelo segmento de manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos, isto é, manutenção e reparação das máquinas ligadas principalmente ao setor sucroalcooleiro, que indiretamente também influencia no setor de bens de consumo durável e de capital.

A significativa participação dos produtos alimentares na indústria alagoana como visto acima equivale ao peso da produção da cana-de-açúcar em sua economia. Isto por que dentre as lavouras temporárias, que segundo o censo agropecuário de 2017 representa 60,8% dos números de

estabelecimentos agropecuários do estado, 99,8% da quantidade produzida e 82,2% da área colhida da agricultura alagoana, o principal tipo de lavoura é a cana-de-açúcar, como podemos observar na **tabela 5**.

Tabela 05: ALAGOAS: Participação das principais culturas temporárias em termos de área colhida (%) - 1990-2017

Anos	Cana-de-açúcar	Feijão (em grão)	Fumo	Mandioca	Milho	Outros	Total
1990	72,5	12,3	3,4	2,6	6,6	2,6	97,4
1995	58	19,1	3,1	4,5	12,4	2,9	97,1
2000	69,4	12,7	2,7	3,9	8,8	2,5	97,5
2005	65,8	14,3	1,7	3,3	11,7	3,2	96,8
2010	76,1	9,5	1,8	3,6	7,6	1,4	98,6
2017	63,2	22,2	1,7	3,4	17,5*	9,5	90,5

Fonte: IBGE/Censo Agropecuário (2017); IBGE/Produção Agrícola Municipal – 1990, 1995, 2000, 2005 2010.

Obs*: Para o total da área do milho em 2017 realizamos a soma do milho em grão com o milho forrageiro.

Na **tabela 6**, observa-se a hegemonia canavieira nos campos agrícolas alagoanos não apenas pela área colhida como na tabela acima,mas, e principalmente, pela participação da produção agropecuária, com 93,4% de participação dentro da lavoura temporária alagoana (que por sua vez representa 99,8% da quantidade agrícola produzida), apesar da cana-de-açúcar representar apenas 1,9% dos estabelecimentos agrícolas, o que é mais um indicador da concentração de terras promovido por essa cultura. Enquanto isso, o milho, de produção familiar presente majoritariamente no sertão e agreste alagoano, é o produto de segunda maior participação da quantidade produzida (2,8%) e área colhida (17,5%) no estado, mas de menor número de estabelecimentos (31,3%) do que o feijão, com 32,9% do número de estabelecimentos, 8,8% da área colhida e irrisórios 0,1% da quantidade produzida.

Tabela 06: ALAGOAS: Participação das principais culturas temporárias 2017.

Cultura	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Quantidade produzida	Área colhida (Hectares)
Cana-de-açúcar (Toneladas)	1,9%	93,4%	63,2%
Milho * (Toneladas)	31,3%	2,8%	17,5%
Feijão **	32,9%	0,1%	8,8%
Mandioca (aipim, macaxeira) (Toneladas)	12,3%	1,0%	3,4%
Palma forrageira (Toneladas)	3,1%	2,1%	1,9%
Fumo em folha seca (Toneladas)	4,6%	0,0%	1,7%

Fonte: IBGE/Censo Agropecuário (2017); IBGE/Produção Agrícola Municipal – 1990, 1995, 2000, 2005 2010 –

Obs*: Para o total da área do milho em 2017 realizamos a soma do milho em grão com o milho forrageiro.

Obs:** Para o total da área do feijão em 2017 realizamos a soma do feijão de cor com o feijão fradinho.

Evidentemente que o forte predomínio da cana-de-açúcar aponta para a concentração de terras, como nos indica o pequeno número de estabelecimentos sucroalcooleiros em comparação com a área colhida e a quantidade produzida. É a **tabela 7** que nos mostra a distribuição e o aumento da concentração de terra como constatados pelos últimos censos agropecuários de 1995, 2006 e 2017. A grosso modo, podemos afirmar que os dados indicam que há muita gente para pouca terra e muita terra pra pouca gente.

Tabela 07 – ALAGOAS: Grupo de área total - Área e estabelecimento – 1995-2017

Estratos	Estabelecimentos (em %)			Área(em %)		
	1995	2006	2017	1995	2006	2017
Menos de 10 ha	80,6	82,2	81,9	10,3	10,7	15,8
10 a menos de 100 ha	16,2	15,2	15,8	25,5	24,9	31,4
Menos de 100 há	96,8	97,4	97,7	35,7	35,6	47,3
100 a menos de 1.000 ha	3	2,5	2,0	44,9	37,4	38,9
1.000 ha e mais*	0,2	0,2	0,1	19,3	27,0	13,7
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 1995, 2006 e 2017.

Obs*: As áreas de 1.000 ha a 2.500 há e de 10.000 ha e mais não foram informados no censo de 2017.

Os dados acima indicam a permanência da concentrada agricultura alagoana, o que, por sua vez, emperra, dentre outros fatores, o crescimento do seu mercado interno, por ser uma monocultora, concentrar a terra e a renda, por não ser uma cultura com fortes empuxos “para trás” e “para frente” com parco grau de incorporação do progresso técnico, com utilização da mão-de-obra pouco qualificada e de baixa remuneração e a fraca movimentação do comércio e serviços a partir da atividade, com poucos estímulos à monetarização da economia local e principalmente da formação de uma rede urbana dinâmica no seu entorno.

Por fim, apontamos para a **tabela 8** como resultado dos elementos levantados no estudo: especialização produtiva no açúcar e no álcool, produção industrial voltada para a produção de bens de consumo não-duráveis e concentração de terras. Isto é, a participação dos setores no PIB alagoano é a expressão econômica das mudanças enfrentadas pela escala estadual envolta das transformações do padrão de acumulação internacional e nacional.

Os elementos da frágil estrutura produtiva alagoana e da concentrada propriedade da terra aliados ao período de crescimento do mercado consumidor brasileiro, notadamente das regiões e cidades mais pobres pelas “políticas regionais implícitas” durante as gestões do presidente Lula e do primeiro mandato da presidente Dilma, explicam o expressivo avanço do setor de serviços, resultado

da intensificação da concentração de terras no campo, a falta de alternativas produtivas, o ainda presente êxodo rural e a caótica aglomeração urbana em Maceió²⁸ sem lastro no emprego industrial.

Vale ressaltar que a maior parte destes serviços são ligados com atividades de baixa remuneração, como serviços pessoais e domésticos, o comércio e a economia informal. Isto é, os serviços se expandem como “válvula de escape” para a obtenção de renda e superação da miséria em Alagoas, reflexo das deficiências da estrutura produtiva alagoana. O crescimento da participação do setor de serviços não indica melhora no desenvolvimento econômico, ou, diversificação da atividade produtiva. Sem indústrias, o setor terciário de baixa remuneração surge como uma alternativa de sobrevivência.

Tabela 08: ALAGOAS: Participação setorial do PIB - 1990-2015 (%)

Atividades	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Agropecuária	22,8	17,8	15,2	8,6	12,0	11,5
Indústria	24,3	21,4	21,9	27,1	19,3	15,2
Indústria extrativa	-	-	-	1,3	1,7	0,6
Indústria de transformação	14,7	11,0	11,8	12,9	8,2	7,9
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água e esgoto e limpeza urbana	1,5	3,9	3,6	6,8	2,2	1,7
Construção civil	8,1	6,5	6,5	6,2	7,2	5,0
Serviços	52,9	60,8	62,9	64,3	68,7	73,3
Comércio	11,7	8,9	8,4	10,5	13,8	17,3
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	5,0	2,5	3,0	3,5	2,5	2,8
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	21,2	23,5	22,7	23,8	27,2	25,2
Outros serviços	15,0	26,0	28,9	26,6	25,1	28,0
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE - Contas Regionais (1990-2015);

CONCLUSÕES

Em Alagoas, a única relevância industrial das políticas públicas regionais durante o período “nacional-desenvolvimentista” foi a forte expansão da indústria química, que, contudo, não alterou estruturalmente seu perfil produtivo. A economia Alagoana manteve sua centralidade na produção de açúcar e álcool. Para que isso fosse possível o setor teve grandes recursos advindos do IAA, do

²⁸Em 2010, Maceió concentrava cerca de 40% da população urbana total do estado. Se adicionarmos Arapiraca e Rio Largo este percentual de concentração chega perto dos 50% da população urbana total de Alagoas. Com o crescimento descontrolado de Maceió, vários problemas urbanos são enfrentados pela cidade, como a violência, déficit habitacional, deficiência nos serviços de transporte, saúde, educação, periferação dos assentamentos urbanos, trabalho informal, etc.

Proálcool e principalmente os usineiros alagoanos se valeram do “acordo dos usineiros” para expansão da produção, de forma que o Estado cedeu empréstimos a juros baixíssimos com longos prazos de pagamento, subsídios à produção, concessão de incentivos fiscais e financeiros, entre outros programas de estímulo ao crescimento do segmento sucroalcooleiro. Em suma, o controle e ação do Estado por parte dos usineiros foi fundamental para manter o segmento sucroalcooleiro como principal atividade econômica de Alagoas.

Dado os elementos supracitados o que se pode verificar é que não houve até o momento uma maior dinamização e nem diversificação das atividades produtivas e muito menos alteração da estrutura agrária. Apesar da transformação em sua estrutura produtiva pela expansão dos serviços, não se observou modernização das atividades econômicas. Os serviços cresceram justamente pelo atraso tecnológico, produtivo e agrário de Alagoas, sendo os serviços, especialmente as atividades de baixa remuneração uma alternativa de sobrevivência aos setores mais pobres da sociedade.

Dito de outro modo, o surto de expansão do setor de serviços é o reflexo da falta de política industrial, da concentração de terras, do peso do setor de bens de consumo não-duráveis na indústria alagoana e da falta de alternativas de emprego e renda no interior do estado. Tais fatos indicam a fragilidade da economia alagoana, com uma indústria de transformação pouco expressiva e uma agricultura baseada sobretudo na atividade sucroalcooleiro. Por fim, pode-se dizer que a economia alagoana não conseguiu promover a diversificação produtiva necessária para atender às demandas de emprego e renda da sua população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTAVILA Jaime de. **Historia da civilização das Alagoas**. 8. ed. Maceió: Edufal, 1988.
- ANDRADE, Manuel Côrrea de. **A terra e o homem no Nordeste**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- _____. **Estado, Capital e Industrialização do Nordeste**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981
- _____. A formação econômica e social e processos políticos no Nordeste Brasileiro. In: MARANHÃO, Silvio. (Org.). **A questão Nordeste**: estudo sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Coleção Estudos sobre o Nordeste, v. 16), pag. 31-41, 1984a
- ARAÚJO, Tânia Bacelar. Industrialização do Nordeste: Intenções e Resultados. In: MARANHÃO, Silvio. (Org.). **A questão Nordeste**: estudo sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Coleção Estudos sobre o Nordeste, v. 16). pag 71-83, 1984.
- _____. Herança de diferenciação e futuro da fragmentação. **Estudos avançados**. Editora: Fundap/Unesp. São Paulo, 1997
- _____. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiros**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000a.
- BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o global e o local**. Campinas, SP:Unicamp, 2007
- CANO, Wilson. Desequilíbrios Regional no Brasil: alguns pontos controversos. In: MARANHÃO, Silvio. (Org.). **A questão Nordeste**: estudo sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Coleção Estudos sobre o Nordeste, v. 16), pag. 55-71, 1984

- _____. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. 4 ed. Campinas, SP: UNICAMP, IE (30 Anos de Economia), 1998.
- _____. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil, 1930-1995**. 2 ed. Campinas, SP: UNICAMP, IE, 2007.
- _____. **Desconcentração produtiva regional no Brasil: 1970-2005**. 3 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- _____. Ensaio sobre a crise urbana do Brasil. Campinas: UNICAMP, 2011.
- _____. (Des) Industrialização e (Sub) desenvolvimento. **Textos para Discussão**. IE/UNICAMP, 2014.
- CARVALHO, Cícero Péricles de. A Ultra-especialização produtiva como estratégia competitiva. In. **Revista Economia & Desenvolvimento** Vol.6 n.2. pag 259-286. , 2008
- _____. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 3 ed. Maceió: Edufal, 2009.
- DIEGUES JUNIOR, Manuel. **O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. 3 ed. Maceió: Edufal, 2012.
- EMBRAPA. Análise da Evolução da Canavieira nos Tabuleiros Costeiros de Alagoas e Decomposição do Valor Bruto da Produção (VBP) nos Efeitos Área Produtividade e Preços, por meio do Modelo Shift-Share. **Boletim de Pesquisa e desenvolvimento**. Aracaju/SE. Dezembro, 2015.
- FEITOSA, Cid Olival. **As transformações recentes da economia sergipana: 1970-2005**. Campinas/SP, 2007. (Dissertação de Mestrado)
- FURTADO. Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 22 ed. São Paulo: Editora Nacional, 2006.
- GTDN. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 387-432, (Publicação de Documentos Técnicos e Científicos), 1997.
- GOODMAN, David Edwin & ALBUQUERQUE Roberto Cavalcanti de. Incentivos à Industrialização e Desenvolvimento no Nordeste. **Relatório de Pesquisa n. 20**. Rio de Janeiro: INPES/IPEA., 1974.
- LESSA, Carlos. **A estratégia de desenvolvimento: 1974-1976**. Campinas:UNICAMP, 1998.
- LIMA, Araken Alves. **Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional**. Campinas/SP, 2006. (Tese de Doutorado).
- LIRA, Fernando José de. **Crise, Privilégio e Pobreza**. Maceió/AL. Editora: Edufal 1997.
- LOPES, Guilherme Carneiro Leão de Albuquerque Lopes. **Estrutura econômica e organização socioespacial em Alagoas no século XX**. IE/UNICAMP. 203 f. Campinas, 2018. (Dissertação de mestrado em desenvolvimento econômico).
- _____. Estrutura produtiva de Alagoas: O movimento de especialização regressiva(1985-2010). **VII Seminário Internacional Sobre o Desenvolvimento Regional- Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios**. Santa Cruz do Sul/RS, 2017.
- _____. A formação e transformação da rede urbana alagoana no século XX. **4º SEDRES – Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade – Democracia e Desigualdades Regionais**. Palmas/TO, 2018.
- LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. O Polo Cloroquímico de Alagoas. **Série Apontamentos**. Maceió. Editora: Edufal, 1997.
- OLIVEIRA, Marcos Antonio Dantas de. **Crescimento e Estagnação do Cooperativismo Agrícola na Região Fumageira de Arapiraca**. PRODEMA/UFAL, Arapiraca. 215 f. 2005 (dissertação de mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento).
- PERRUCCI. Gadiel. A formação histórica do nordeste e a questão regional. In: In: MARANHÃO, S. (Org.). **A questão Nordeste: estudo sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Coleção Estudos sobre o Nordeste, v. 16). pag 11-31. 1984.
- RAMOS, Pedro. **Um estudo da evolução e da estrutura da agroindústria canavieira do Estado de São Paulo (1930-1982)**. 258 f FGV/EAESP. 1983 (dissertação de mestrado em administração de empresas).
- SALDANHA, Alberto & LESSA, Golbery. (org). **A Indústria Têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2011.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: formação espacial como teoria e como método. In: **Espaço e Sociedade**. Santos, M. Petrópolis/RJ: Vozes, 1992 (meio eletrônico).

_____. **A Urbanização Brasileira**. 5 ed. São Paulo. Editora: USP, 2013.

SANTOS, Ana Paula Teodoro dos. **A reestruturação do território da região fumageira**. PPGe/UFRN. 230 f. 2014a. (dissertação de mestrado em geografia).

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Recife: Museu do Açúcar; 1970.

SINDIAÇÚCAR. **Evolução da produção de Cana, Açúcar e Etanol do Estado de Alagoas: Safra de 2009/2010**. Disponível em: <http://www.sindicucar-al.com.br/wp-content/uploads/2011/06/safra-87-88-09-10.pdf>. Acesso em: 12/08/2014, 2013.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia Brasileira Contemporânea: De Getúlio a Lula**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

STEIN, Stein. J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850/1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SUDENE. Contas Regionais/Estudos Econômicos. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/economicos/carta2000/atividadeGlobal.html>. Acesso em 11/11/2018, 1999.

MACEDO, F. C. de. **Inserção externa e território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989-2008)** (Tese de Livre-docência). Campinas: IE/Unicamp, 2010.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. Contribuição á revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 10 ed. Campinas, SP: UNICAMP, IE (30 Anos de Economia), 1998.

MOREIRA, Raimundo. **O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

OLIVEIRA, F. OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. **A agroindústria canavieira: estratégias competitivas e modernização**. 2ª ed. Campinas/SP: átomo, 2015.